



Aníbal Pinto de Castro

O essencial sobre
O PADRE ANTÓNIO VIEIRA

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

1

DO BERÇO À COMPANHIA DE JESUS

A 6 de Fevereiro de 1608, nascia em Lisboa, na Rua dos Cónegos, paredes meias com a Sé, um menino a quem, certamente pela proximidade com os locais que o nascimento de Santo António havia sagrado mais de quatro séculos antes, puseram o nome de António. A família não andava por certo inscrita nas folhas dos nobiliários, em que pese a futuras afirmações suas, sancionadas pela intenção panegírica do Padre André de Barros, seu primeiro biógrafo, quando, na *Vida*, publicada em 1746, lhe inscreve os ascendentes no rol dos fidalgos da Casa Real. Só muito mais tarde, ao nomear o pai escrivão dos agravos e apelações cíveis do Tribunal da Relação da Baía, D. João IV, certamente para premiar os serviços do filho, lhe dá a qualidade de moço da câmara do Rei, o que, não sendo a mesma coisa, lhe abria entrada mais fácil nos meios da nobreza.

Com efeito, o pai, Cristóvão Vieira Ravasco de seu nome, era natural de Santarém, mas as suas origens mergulhavam fundo nas terras alentejanas de Moura, à sombra dos senhores da Casa de Unhão, onde, como ele, seu avô paterno servira como criado, até se deixar prender pelos encantos de certa mulata ou índia com quem viria a casar. Que a protecção de gente tão fidalga continuou na geração seguinte, prova-se pelo facto de ter sido o pequeno António acompanhado à Sé de Lisboa, quando no dia 15 daquele mesmo mês de Fevereiro, ali foi a baptizar, pelo futuro Conde de Unhão, Fernão Teles de Meneses.

Vieira ocultaria sempre, com impenetrável recato, a sua tão modesta ascendência, mas o que não podia esconder eram os traços de mestiçagem que a genética lhe imprimira no rosto, com tal evidência que não escapariam a quantos, pelo pincel ou pela pena, lhe fixaram depois o retrato. Se isso não bastasse, aliás, lá estaria, décadas mais tarde, a implacável curiosidade do Santo Ofício a esmiuçar todos os pormenores da sua ascendência, através de uma deprecada enviada pelo tribunal da Inquisição de Coimbra ao de Lisboa, com data de 7 de Junho de 1666. E nem toda a sua influência lograria apagar essas marcas, junto da Mesa da Consciência e Ordens, quando, em

1663 e 1683, o pai e o irmão, Gonçalo Ravasco de Albuquerque, quiseram provar a «limpeza de sangue» para entrarem na Ordem de Cristo, apesar do patrocínio que os Reis D. Afonso VI e D. Pedro II davam à respectiva admissão.

A mãe, Maria de Azevedo, era filha de Brás Fernandes, cujos serviços como armeiro da Casa Real tinham alcançado generosa recompensa com a concessão de um ofício nos quadros da Justiça ou da Administração a quem com ela casasse.

Foi certamente atraído pela segurança desse ofício que Cristóvão Ravasco a escolheu para esposa, depois de ter servido nas armadas e de ter sido, durante dois anos, escrivão das devassas dos pecados públicos da cidade de Lisboa. O cargo dado em dote à noiva em breve lhe traria a nomeação de escrivão da Relação da Baía, para onde partiu em 1609, deixando a mulher e o filho no Reino.

Regressa três anos depois e por cá se demora até 1614, quando resolve transferir-se definitivamente com a família para o Brasil, decerto por ter verificado que a segurança do lugar e os rendimentos que ia auferir com o seu exercício lhe permitiam meios de vida mais vantajosos e fartos.

Quando, na inocência dos seus 6 anos, avista pela primeira vez a exuberância paradisíaca da Terra de Santa Cruz, atingira o pequeno António a idade em que as crianças da sua e de outras condições sociais iniciavam o percurso escolar. Ora a única instituição que na Baía Lho podia proporcionar era o colégio que a Companhia de Jesus ali fundara em 1590, na sequência de outro, apenas destinado ao ensino das primeiras letras, instituído à roda de 1550.

Os conteúdos, métodos e níveis de ensino não apresentavam diferenças substanciais relativamente aos que então eram seguidos, para os cursos de Humanidades, na extensa e cerrada rede de escolas que a Companhia mantinha no Reino, por toda a Europa e no Oriente, especialmente em Goa e Macau, pois estavam regulamentados pela *Ratio Studiorum*, na reformulação de que fora objecto em 1598. A Gramática, a Filosofia, a Retórica, a Poética e a História constituíam os pilares fundamentais de um programa que, independentemente do destino profissional dos alunos, visava prepará-los para uma vida que fosse a constante afirmação do *homo christianus* em todos os cargos e responsabilidades que viessem a assumir na sociedade. A estas disciplinas se juntava depois a Teologia, para aqueles que preten-

dessem, dentro ou fora da Companhia, seguir a carreira eclesiástica.

Conta André de Barros que durante os primeiros tempos da sua permanência nos estudos se viu a braços com uma rudeza de engenho da qual só veio a livrar-se por milagre da imagem de Nossa Senhora da Fé ou das Maravilhas, venerada na Catedral da Baía. Trata-se, como é evidente, de uma lenda nascida ou alimentada pela imaginação barroca, então muito presente na crença religiosa, para realçar o carácter prodigioso das qualidades que o seu espírito viria depois a revelar. O mais certo é que, desde cedo, a agudíssima inteligência do jovem Vieira, a sua insaciável curiosidade, a sua extraordinária memória, a sua vertiginosa capacidade de raciocínio e de construção lógica, a facilidade e elegância da sua expressão e a sua piedade se impuseram de tal maneira à observação dos professores que logo lhes sorriu o projecto de o atraírem aos ideais da milícia inaciana.

Não admira por isso que as sementes de proselitismo religioso naturalmente lançadas pelos Padres mestres no terreno fértil da sua adolescência em breve dessem frutos de promissora riqueza. E a 5 de Maio de 1623, animado pelo entusiasmo que os seus 15 anos convertiam em generosa entrega, batia An-

tónio Vieira à porta do Colégio para iniciar o noviciado. Recebeu-o, exultante de alegria, o Reitor, que era ao tempo o Padre Fernão Cardim. Tivera o jovem estudante, para ali chegar, como querem os biógrafos (João Lúcio de Azevedo, inclusive), de vencer a oposição da família, fugindo de noite aos carinhos maternos, para se acolher no seio da Ordem de Santo Inácio de Loiola? Não creio. Nem os tempos eram propícios a tais oposições, mormente em famílias de vários filhos, educados segundo os preceitos da Fé e da Igreja, nem o sentido prático da vida que parece caracterizar a personalidade de Cristóvão Vieira Ravasco, sempre pronto a agenciar, para si e para os seus, as posições que melhor pudessem garantir a sua promoção social e económica, levantariam obstáculos a uma carreira que abria portas tão promissoras a tais desígnios.

A FORMAÇÃO DO JESUÍTA. AS PRIMÍCIAS DO MISSIONÁRIO E DO PREGADOR

Durante o noviciado, certamente com o fito de nele acrisolarem o espírito de evangelização, mandaram-no os superiores para a missão do Espírito Santo, a sete léguas da cidade. Aí aprendeu o tupi, aí entrou num contacto mais directo com a exuberância da natureza e com a paisagem luxuriante da floresta brasílica e, sobretudo, aí viveu a sedutora aventura de penetrar os meandros da psicologia dos índios, para melhor poder afeiçoar e conquistar para o rebanho de Cristo aquelas almas que eram outras tantas pedras informes arrancadas ao mistério da sua primitiva vida edénica. Quer isto dizer que Vieira vislumbrava, pela primeira vez, de maneira completa e integrada, o cenário e a matéria, onde a sua vontade, a sua imaginação, a sua sensibilidade e o seu gosto

pela acção encontrariam vasto e fértil campo de exercício, modelando assim as linhas essenciais da sua personalidade, ao mesmo tempo que o estudo e a meditação lhe davam uma consciência mais perfeita das verdades da Fé, e a prática quotidiana dos preceitos da Regra Inaciana lhe afinava o sentido da disciplina, lhe aperfeiçoava o culto da obediência e lhe forjava a capacidade de conciliar os ditames dessas exigências básicas do comportamento do Jesuíta com as energias, por vezes tão difíceis de dominar, do seu temperamento.

Findos os dois anos do noviciado, a 6 de Maio de 1625, proferia Vieira nas mãos do Reitor os primeiros votos de pobreza, obediência e castidade, dando início a uma formação teológica mais intensa que o habilitaria a receber as ordens sacerdotais.

As provas de capacidade intelectual e de fidelidade ao espírito da Ordem que entretanto vinha dando eram de tal qualidade que se viu encarregado de redigir a carta ânua relativa aos anos de 1624 e 1625, que, como era de regra, a Província devia enviar ao Padre Geral. A responsabilidade da elaboração do documento, datado de 30 de Setembro daquele ano, via-se então acrescida pelo facto de ter de relatar os acontecimentos decorrentes da invasão holandesa

que, sob o comando de Jacob Willekens, assolara a Baía em 1624. E em fins daquele ano de 1626 ou princípios de 1627 era mandado ensinar Retórica no Colégio de Olinda.

Volvidos oito anos, durante os quais foi provavelmente alternando a fase terminal da sua formação teológica com a actividade docente e com períodos mais ou menos longos de evangelização missionária, recebia Vieira, na Sé da Baía, as ordens maiores: de subdiácono, a 26 de Novembro de 1634, de diácono, a 30 desse mesmo mês, e de presbítero, a 10 de Dezembro seguinte.

Já então se estreara como pregador, actividade em que tão alta dimensão havia de alcançar. Era de regra que os Jesuítas se exercitassem na arte concionatória em situações festivas ou em celebrações litúrgicas ocorridas na discreta privacidade das suas casas. E Vieira não deve ter escapado a essa regra, como parece inferir-se da nota aposta pelo Padre André de Barros ao *Sermão do Nascimento do Menino Deus*, que incluiu no tomo xv da edição *princeps* dos *Sermões*, dizendo-o «pregado *domesticamente* no Colégio da Baía». No seu caso acresceriam as necessidades da missionação, em comunidades de índios ou de escravos africanos, como aconteceu com o *XIV Ser-*

mão do Rosário, pregado «na Baía, à Irmandade dos Pretos de um engenho, em dia de S. João Evangelista», ou seja, a 27 de Dezembro de 1633. Mas a sua primeira aparição oficial no púlpito ocorrera na celebração da quarta domingo da Quaresma de 1633, na Igreja da Conceição da Baía. Antes da ordenação, pregara também no sábado de Ramos de 1634, na Igreja de Nossa Senhora do Desterro, e proferira o *Sermão de S. Sebastião*, na igreja de que era orago, no Acupe, termo da Baía.

Quer isto dizer que, no período anterior à sua ordenação sacerdotal, já os 26 anos de Vieira se tinham afirmado nos púlpitos da Baía, que era inquestionavelmente uma das cidades mais cultas, se não a mais culta, de todo o Brasil, devendo ainda notar-se que já então, longe de se desprenderem das coisas terrenas, os seus olhos e os seus ouvidos se abriam, ávidos, à realidade social e política da sociedade em que desde menino se achava integrado.

Esta dimensão profana do seu verbo iria ter em breve oportunidade de se manifestar com mais explícito desassombro, a partir do momento em que, a 16 de Abril de 1638, as forças de Maurício de Nassau desembarcaram nas praias de Pernambuco, dando início a um cerco que iria durar quarenta dias.

Para disso termos a certeza, basta ler, a título de exemplo, o *Sermão de Santo António*, pregado na Baía, a 13 de Junho seguinte. Animado pelas esperanças e temores que a sorte das armas portuguesas ia alternadamente alimentando, o seu discurso ganha vibrações de paixão, que emergem do mais profundo da sua sensibilidade e da espontaneidade do seu temperamento emotivo, numa expressão cuja veemência não hesita em responsabilizar a própria Majestade Divina, presente na Eucaristia, pelos trabalhos e sofrimentos que a guerra trazia aos homens, como pode ver-se no texto do *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, pregado em Maio ou Junho de 1640, na Igreja baiana de Nossa Senhora da Ajuda, em cerimónia que encerrava quinze dias de preces públicas por aquela mesma intenção.

O jovem orador dispunha já, nesta altura, de uma sólida e variada cultura sagrada e profana. Para além do saber teológico que era património comum dos seus confrades jesuítas, conhecia em extensão e profundidade o texto da Sagrada Escritura, bem como os Padres da Igreja e os seus comentadores modernos. E não menos importante era o domínio dos clássicos gregos e latinos, sem esquecer os poetas e es-

critores modernos, em especial os portugueses e castelhanos. Mas essa cultura livresca via-se a cada passo actualizada pelo conhecimento prático da vida quotidiana da comunidade colonial em que se inseria e dos conflitos que a agitavam, graças ao permanente exercício dos seus dotes de observação. O momento da luta aberta, porém, ainda não soara ou, pelo menos, via-se por então diferido para mais tarde, a partir do momento em que, chamado a participar nos sucessos desencadeados pelo movimento político da Restauração, se viu envolvido em actividades que por certo nunca pensara viessem a constituir desvio à entrega exclusiva ao seu ideal missionário.

Quando, passado mais de um mês sobre o 1.º de Dezembro, prega na solenidade do Dia de Reis de 1641, promovida pelo Vice-Rei, Marquês de Montalvão, na igreja do Colégio da Baía para celebrar os sucessos militares obtidos durante os primeiros seis meses de governo, o seu objectivo essencial era animar o auditório a prosseguir na luta contra os Holandeses. Como Herodes se sentira perturbado pela vinda dos Magos, assim os invasores se revelariam temerosos e vencidos, à medida que as forças portuguesas prosseguissem a sua marcha até alcançarem a vitória, «aclamando o invicto nome do Mo-

narca das Espanhas». Mas, como os Magos, depois de terem adorado Cristo Menino, haviam escolhido outro caminho para regressarem às suas terras, assim os portugueses do Brasil tinham de lavar as mãos que estavam «cheias do sangue do povo, cheias de sangue do órfão, cheias de sangue do pobre, e miserável, que [estava] cada dia mendigando com o suor do seu rosto» (S, XV, p. 45¹), tinham de as lavar, mudando de rumo, porque só pelo caminho da virtude, da penitência, do arrependimento e da graça poderiam alcançar a restauração do Brasil, perdido pela soberba, pelos homicídios, ódios e adultérios dos seus habitantes europeus.

Se o defensor dos fracos e da justiça não deixava escapar a oportunidade de, perante os mais altos responsáveis do Estado, reivindicar os direitos de quantos em cada dia se viam espoliados pelos ricos e pode-

¹ Citarei sempre pela edição *princeps* dos *Sermões* (Lisboa, 1679-1748), recorrendo à sigla S e indicando, no corpo do meu texto, o tomo em algarismos romanos e as páginas em algarismos árabes. Para as *Cartas* seguirei a edição de João Lúcio de Azevedo (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925-1928) e darei a referência do volume e da página pelo mesmo processo, usando a sigla C para as designar.

ÍNDICE

1 — Do berço à Companhia de Jesus	3
2 — A formação do Jesuíta. As primícias do missionário e do pregador	9
3 — O diplomata e o pregador da Capela Real ...	19
4 — O missionário	39
5 — Das grandezas da Corte aos cárceres da Inquisição	65
6 — Em Roma. Tempo de triunfos que não apagam as saudades	75
7 — À espera da morte	85
8 — Um rápido olhar sobre a obra de Vieira	97
Síntese bibliográfica	119

Colecção Essencial

Últimas obras publicadas:

80. D. JOÃO DA CÂMARA
Luiz Francisco Rebello
81. FRANCISCO DE HOLANDA
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
82. FILOSOFIA POLÍTICA MODERNA
Paulo Ferreira da Cunha
83. AGOSTINHO DA SILVA
Romana Valente Pinho
84. FILOSOFIA POLÍTICA DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA
Paulo Ferreira da Cunha
85. O ROMANCE HISTÓRICO
Rogério Miguel Puga
86. FILOSOFIA POLÍTICA LIBERAL E SOCIAL
Paulo Ferreira da Cunha
87. FILOSOFIA POLÍTICA ROMÂNTICA
Paulo Ferreira da Cunha
88. FERNANDO GIL
Paulo Tunhas
89. ANTÓNIO DE NAVARRO
Martim de Gouveia e Sousa
90. EUDORO DE SOUSA
Luís Lóia
91. BERNARDIM RIBEIRO
António Cândido Franco
92. COLUMBANO BORDALO PINHEIRO
José-Augusto França

93. AVERRÓIS
Catarina Belo
94. ANTÓNIO PEDRO
José-Augusto França
95. SOTTOMAYOR CARDIA
Carlos Leone
96. CAMILO PESSANHA
Paulo Franchetti
97. ANTÓNIO JOSÉ BRANDÃO
Ana Paula Loureiro de Sousa
98. DEMOCRACIA
Carlos Leone
99. A ÓPERA EM PORTUGAL
Manuel Ivo Cruz

Composto e impresso
na
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
com uma tiragem de 800 exemplares.
Orientação gráfica do Departamento Editorial da INCM.

Acabou de imprimir-se
em Março de dois mil e oito.

ED. 1015343
ISBN 978-972-27-1664-2

DEP. LEGAL N.º 273 016/08